



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social**

**NEOLIBERALISMO E DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:  
A ARTE NO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL**

**EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA<sup>1</sup>**

**LEANDRO RICARDO FERREIRA JUNIOR<sup>2</sup>**

**LEONARDO RODRIGUES NASCIMENTO<sup>3</sup>**

**THAMIRES MOREIRA ESTAVARENGO<sup>4</sup>**

**RESUMO**

O texto analisa o avanço do neoliberalismo e consequente desumanização social. Com base na experiência de um grupo de extensão universitária, que utiliza a educação popular e artística junto à população em situação de rua, evidencia que essas metodologias contribuem para a compreensão da realidade social e enseja a organização coletiva para transformá-la.

**Palavras-Chave:** Neoliberalismo; Desumanização; Pessoas em Situação de Rua; Extensão Universitária. Arte e Educação Popular.

**SUMMARY**

The text analyzes the advance of neoliberalism and the consequent social dehumanization. Based on the experience of a university extension group that uses popular and artistic education with the homeless population, it shows that these methodologies contribute to the understanding of social reality and give rise to collective organization to transform it.

**Keyword:** Neoliberalism; Dehumanization; People in Vulnerability Situations; University Extension. Art and Popular Education.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista

<sup>4</sup> Universidade Estadual Paulista

## INTRODUÇÃO:

Busca-se, em primeiro lugar, contextualizar o neoliberalismo como doutrina econômica que repercute na totalidade social e nas várias dimensões da vida humana. Dessa forma, é fundamental compreender o processo sócio-histórico que instituiu medidas de desregulamentação do mercado, dos direitos sociais, ambientais e do trabalho, como também o ataque à forma classista de organização política da classe trabalhadora, com a finalidade de atender as necessidades econômicas do mercado.

Harvey (2024), ao discutir a breve história do neoliberalismo, destaca o papel dos *Think Tanks*<sup>5</sup> de direita, que disseminou (e dissemina) a retórica neoliberal, pregando os supostos benefícios do individualismo, da meritocracia e da ampla concorrência. Em resumo, Harvey (2024, p.34) cita o trecho de um dos discursos, como se lê: “Bem, precisamos mudar a dinâmica. Precisamos que o Estado deixe de intervir na economia. Precisamos criar mercados livres. Precisamos nos livrar do poder dos sindicatos, em particular”. Ao que o autor conclui: “Assim, a chamada economia pelo lado da oferta entrou em cena como uma teoria econômica conveniente para fundar o projeto neoliberal” (HARVEY, 2024, p.34).

As condições de oferta seriam as razões da economia, portanto, no neoliberalismo, a oferta da força de trabalho é um dos principais elementos a ser administrado (HARVEY, 2024). Assim, seria necessário aniquilar o sindicalismo classista e respectivos mecanismos de organização sindical, inclusive os direitos do trabalho, como também é evidenciado por Chamayou (2020):

E não tem nenhum remorso, pois é a sua *liberdade* que está em jogo. Quando não há sindicato, “você contratam quem querem, pagam o que podem ou o que querem e demitem quando querem. Você lhes designam as tarefas que querem designar. Ora, no exato momento em que assinam um acordo sindical, [...] tudo isso muda” (GEORDINE, 1979, p. 433 apud CHAMAYOU, 2020, p. 65).

O debate em torno do neoliberalismo evidencia que a sua influência é sobre as relações flexíveis de trabalho e, incontestavelmente, abrange a sociedade como um todo, a partir da disseminação dos princípios que devem ser

---

<sup>5</sup> Harvey (2024) explicita que os *Think Tanks* são representantes do pensamento político e econômico neoliberal capazes de gerar influências políticas, sociais e econômicas a favor dos interesses das operações do livre mercado e do enraizamento da cultura para a propagação desse pensamento. Neste sentido, no Brasil, tem inúmeros organismos e instituições que representam os valores apregoados pelos *Think Tanks* neoliberais, por exemplo, o Instituto Liberal, Instituto Von Mises Brasil, Instituto Millenium, onde também cresce o conservadorismo (BARROCO, 20215) e a punição (encarceramento e homicídio) como método do Estado contra aqueles e aquelas que não conseguem obter sucesso.

adotados pelos Estados, inclusive aqueles geridos por políticos considerados progressistas (ANDERSON, 1995), mas, essencialmente, pelos sujeitos que devem adotar a perspectiva individualista e empreendedora (DARDOT; LAVAL, 2016).

Certamente, a abrangência das ideias neoliberais não é um fator a-histórico, mas se relaciona diretamente com a crise do capital da década de 1970, a partir da qual o modo de produção capitalista promoveu ampla reestruturação da produção, organização e gestão do trabalho (NAVARRO; LOURENÇO, 2017). A negação dos direitos impôs limites aos gastos públicos e privados, promovendo também a reestruturação das políticas sociais, condenando amplas parcelas da classe trabalhadora ao trabalho precário e a um sistema de direitos baseado na focalização e na restrição do acesso.

Neste contexto, aumentou o número de pessoas em situação de rua<sup>6</sup>. Em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos promoveu um estudo, a partir do Cadastro Único, CadÚnico, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos atendimentos às pessoas em situação de rua (Pop Rua), sendo evidenciado que o Brasil não tem uma estatística censitária nacional das pessoas em situação de rua. Portanto, os atuais estudos se baseiam em estimativas a partir dos cadastros, sendo possível evidenciar que: “Em 2022, havia 236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), ou seja, 1 a cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua” (BRASIL, 2023).

Em relação ao perfil das POP RUA, é evidenciado que se trata de um público “[...] majoritariamente do sexo masculino (87%), adultas (55% têm entre 30 e 49 anos) e negras (68%, sendo 51% pardas e 17% pretas)” (BRASIL, 2023). A formação social e histórica do Brasil se deu a partir de um longo e violento processo de escravismo, seguido pelo branqueamento da população como política de Estado, reverberando nos racismos que repelem as pessoas negras do mercado formal de trabalho e, em consequência, dos direitos sociais (MOURA, 1977).

Estudo do IPEA, realizado por Natalino (2023), apresentado em Texto para Discussão, considerando os dados sobre a população em situação de rua disponíveis no Cadastro Único, informa que: “Das 96 milhões de pessoas presente no CadÚnico em agosto de 2023, 227 mil estavam oficialmente registradas como em situação de rua” (NATALINO, 2023). Este estudo evidencia que a inclusão no CadÚnico exige a apresentação de documentos, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), certidão de nascimento, sendo comum

<sup>6</sup> “Definida como um grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, a população em situação de rua (PSR) tem aumentado significativamente no país” (BRASIL, 2023).

entre as pessoas em situação de rua a perda, roubo ou extravio de documentos, o que pode favorecer a subnotificação das situações.

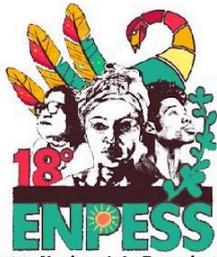
Natalino (2023) evidenciou que a pandemia da COVID-19 gerou o aumento da Pop Rua. Os anos de 2020-2021 foram marcados pela emergência sanitária causada pelo novo coronavírus, sendo que, na particularidade brasileira, é preciso considerar o direcionamento dado pelo governo federal de Jair Bolsonaro (PL, 2019-2022), que não apenas negou a gravidade da pandemia da COVID-19, mas disseminou inverdades (*fake news*) acerca do isolamento social, inclusive promoveu atos públicos para a aglomeração social, como as motocicletas, divulgou tratamentos e medicamentos sem comprovação científica, se posicionou contra as vacinas, entre outros (SOUZA; CELIS, INÁCIO, 2022). Assim, a situação social e econômica do país foi agravada, como se pode ver tanto nos números de mortes por COVID-19, chegando a mais de 700 mil mortes (estatísticas oficiais) quanto de desemprego que em 2021 atingiu a taxa de 14% (IBGE, 2021).

O crescimento da Pop Rua é destacado por Natalino (2023), que informa que entre 2019 e 2022 houve um crescimento de 38% da Pop Rua. Tal crescimento também refletiu na criação da Medida Cautelar do Supremo Tribunal Federal, em 25 de maio de 2023<sup>7</sup>, o que promoveu a necessidade da criação de um diagnóstico nacional acerca da Pop Rua no Brasil e o monitoramento das ações.

Assim, este texto objetiva discutir o trabalho de extensão universitária desenvolvido pelo Grupo de Alfabetização em Paulo Freire (GAPAF), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP-Franca, SP, a partir do atendimento à Pop Rua, na cidade de Franca, SP. O GAPAF é um grupo de extensão universitária interdisciplinar, envolvendo estudantes e docentes dos vários cursos de Graduação, com um histórico de trabalho junto à comunidade francana desde 1998, quando da sua criação. O GAPAF considera as metodologias de educação popular e artísticas para o desenvolvimento das suas ações junto às políticas sociais públicas do município, sendo que desde 2020, voltou o seu trabalho para as pessoas em situação de rua (Pop Rua).

Salienta-se que, nacionalmente, os cursos de graduação vem sofrendo amplas modificações nos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), em decorrência da necessidade da curricularização da extensão como parte integrante da matriz curricular dos cursos de ensino

<sup>7</sup> “A pandemia de Covid-19 agravou o quadro, o que levou o Supremo Tribunal Federal a emitir, em 25 de julho de 2023, uma medida cautelar em resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no 976. Essa medida cautelar torna obrigatória a observância das diretrizes da Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPR - Decreto no 7.053/2009) por todos os entes federados, e determina uma série de ações a serem adotadas pelos poderes públicos” (IPEA, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

superior, como exposto na Lei nº 13.005, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para 2014-2024 (BRASIL, 2014), e pela Resolução n. 7, do Ministério da Educação, que regulamentou as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, estabelecendo seus fundamentos, princípios e procedimentos, dentre eles o necessário processo de curricularização da extensão universitária na grade curricular dos cursos (BRASIL, 2018).

O GAPAF, com base na metodologia de educação popular, já tem um histórico de mais de 20 anos de desenvolvimento das ações extensionistas encimadas nos princípios que coadunam com aqueles defendidos pela ABEPSS (2021), a partir de uma “[...] concepção de extensão que pode ser chamada de popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana” (ABEPSS, 2021).

Assim, este texto apresenta uma breve análise de conjuntura da crise econômica e política e do respectivo avanço das ideias neoliberais que têm amplas inflexões para a totalidade da vida social, aqui com destaque para o processo de desumanização e precarização das condições de vida e trabalho que, conseqüentemente, incidem sobre as expressões da questão social, tal como as pessoas em situação de rua. Portanto, a apresenta-se o relato de experiência do trabalho de extensão universitária desenvolvido pelo GAPAF com as pessoas atendidas por um Abrigo Provisório e pelo Centro de Referência Especializado às Pessoas em Situação de Rua (POP RUA), na cidade de Franca, SP.

## **NEOLIBERALISMO E DESUMANIZAÇÃO DO SER SOCIAL**

O neoliberalismo, como já indicado brevemente na introdução deste texto, tem sido adotado, especialmente, a partir da crise do capital de 1970, como uma arma poderosa do capital para derruir os direitos sociais e abrir novos nichos de mercado. Trata-se da crítica ao Estado intervencionista e aos direitos sociais e do trabalho. Neste sentido, a ditadura chilena, de Augusto Pinochet, em 1973, orientada pela Escola de Chicago, marca a introdução do neoliberalismo, com histórico de ampla privatização das políticas sociais, especialmente, de educação, saúde, previdência social e da eliminação das regulações tidas como barreiras para o capital estrangeiro atuar no país. “Foi toda uma era, liderada inicialmente por Margaret Thatcher e Ronald Reagan em seus respectivos países, e depois por outras figuras ao redor do mundo” (HARVEY, 2024, p. 36).

Harvey (2024) evidencia que Margaret Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos

Estados Unidos da América (EUA) atuaram, numa colisão evidente com a classe trabalhadora organizada em sindicatos e na luta pela garantia de direitos, como também na derruição do Estado de Bem-Estar Social e do *New Deal*, num ambiente de crise do capital e do contexto da década de 1980, que, por fim, resultou na queda do Muro de Berlim, que Anderson (1995) destaca como consequência para a onda de direitização da política nos vários países.

É um aspecto particular deste processo – o que se refere à desumanização – como um processo multideterminado de desemprego, afastamento dos vínculos familiares e de proteção social. Todavia, este processo não deve ser visto de forma singular, apenas a partir das situações individuais, mas, especialmente, da forma como as pessoas são alijadas do mercado de trabalho formal, dos sistemas de proteção social e do emaranhado que envolve estranhamento social e falta de perspectivas.

Neste íterim é salutar evidenciar que o neoliberalismo significa não apenas mudanças na economia, mas, sobretudo, na forma de pensar “*There is no alternative*” (não há alternativa), frase icônica de Margaret Thatcher, que segundo Harvey (2024, p. 36): “Mais do que transformar a economia, ela queria transformar a maneira de pensar das pessoas e toda a cultura econômica”. A garantia da face mais profunda da exploração do trabalho e da expansão do capital deveria contar com a mudança de pensamento social. “A economia é o método”, dizia ela, “o objetivo é mudar a alma” (HARVEY, 2024, p. 36).

Harvey (2024) aborda que a partir deste processo, o neoliberalismo conta com a disseminação dos conceitos do individualismo, da responsabilidade pessoal e do aperfeiçoamento de si. “A ideia era que tornássemos todos empresários de si e investíssemos em nós mesmos. Ou seja, se acabassem pobres, era porque não havíamos investido corretamente em nós mesmos” (HARVEY, 2024, p. 36).

O neoliberalismo se expande para os vários países, derruindo os Estados de Bem-Estar Social, onde havia, e implementando as contrarreformas e pacotes de ajuste fiscal para os países latino-americanos.

No Brasil, o neoliberalismo ganhou força e entrou para a agenda do Estado, a partir da década de 1990, com destaque para os governos de Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional, PRN, 1990-1992), Fernando Henrique Cardoso - FHC – (Partido Social da Democracia, PSDB, de 1995 a 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), os dois últimos, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Todavia, visivelmente, o aprofundamento das medidas neoliberais ocorreu nos governos de Michel Temer



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(PMDB, 2016-2018) e de Jair Bolsonaro (PL, 2019-2022). Salienta-se que a partir das proposições neoliberais a crise do capital é tratada como crise do Estado, exigindo as contrarreformas para a recuperação das taxas de acumulação do capital (BEHRING, 2021).

Nesse contexto, foram realizados movimentos contra a “crise do Estado”, isto é, um marco importante deste processo ocorreu no primeiro governo de FHC, quando foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), com vistas a reforma da administração pública, da Previdência Social, a abertura comercial, entre outras medidas para incentivar a competição, o livre mercado e a intensificação da expropriação de lucros nacionais por empresas estrangeiras (PEREIRA, 1995). Instituiu-se também um amplo programa de privatizações das empresas públicas, com vistas a diminuição do Estado e consequente desmonte das políticas sociais. Dessa forma, estabeleceu uma conjuntura devastadora, implicando condições precárias para a classe trabalhadora brasileira que, segundo o jornal Folha de São Paulo (2000), durante a década de 1990, vivenciaram o aumento do desemprego de 4,3% em 1990 para 7,6% em 1999, e as ocupações informais subiram de 19,1% em 1990 para 26,4% em 1999, conforme levantamento realizado pelo IBGE. Portanto, a ofensiva neoliberal, precarizou o trabalho e gerou a piora nas condições de vida da classe trabalhadora, além de intensificar o processo de exploração e desigualdade social.

Porém, segundo Draibe (1993) o desmantelamento das políticas sociais não significa o seu fim, mas a sua adaptação ao contexto social vivido, seguindo o trinômio neoliberal para as políticas sociais, isto é, focalização/seletividade, descentralização - transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil, dessa forma, a encarregando para o enfrentamento da Questão Social - e privatização.

Behring e Boschetti (2006, p. 156) corroboram com a análise que a adoção da agenda neoliberal pelo Estado brasileiro impactou diretamente as políticas sociais, que se tornaram focalizadas, pontuais, compensatórias e direcionadas para as parcelas mais vulneráveis da sociedade, com intuito de amenizar as desigualdades, mas nunca as erradicar.

Além disso, Gasparotto, Grossi e Vieira (2014, p. 8) pontuam que:

[...] uma das principais repercussões neoliberais nas políticas sociais é a mercantilização dos direitos sociais, a responsabilização dos sujeitos e de suas famílias pela proteção social, a criminalização da classe trabalhadora pelas situações adversas à qual é exposta, como desemprego, pobreza, falta de acesso aos direitos, e demais expressões da Questão Social vivenciadas cotidianamente pela população.

Portanto, diante desse contexto socioeconômico, na sociedade neoliberal, são criadas as condições para o sofrimento e desumanização. Pois o abandono estatal, substituído pelas leis de mercado e do capital, gera o sentimento de fatalidade em relação ao futuro, pois as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desregulamentações, o desmonte das políticas sociais e as contrarreformas expõem as frações da classe trabalhadora à margem da sociedade, vivendo na penúria da miséria, onde não mais vivem, mas sobrevivem. Enquanto isso, o desumano ideário liberal, direciona a competição instigada entre as empresas no livre mercado aos indivíduos, que agora são empreendedores de si mesmos, com a finalidade de maximizar lucros e instigar a competição com outros indivíduos-empresas. Dessa forma, priorizando, sobretudo, “interesse particular”, que agora se tornou uma das normas sociais e estabeleceu vínculos precários entre os indivíduos. Se antes faziam parte de uma mesma comunidade política e dividiam seus deveres, agora se tornaram concorrentes na disputa pela sobrevivência” (SLEMAN, 2021, p.3).

Pode-se dizer que esse sentimento se intensifica com a crise do capital, especialmente, a partir de 2008, no Brasil, com mais expressão a partir de 2014, quando inclusive foi acirrada a crise política, que levou à destituição, em maio de 2016, da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT, 2011-2016) (DEMIER; GONÇALVES, 2017). Assim, cria-se um cenário para a radicalização das medidas neoliberais e ultraconservadoras, enquanto o Fundo Público, que é constituído a partir das taxações sociais e do trabalho, cuja maior participação advém da classe trabalhadora é direcionado aos interesses bancários e financeiros (GRANEMANN, 2020).

A aprovação da Emenda Constitucional n. 95 (EC, n. 95), ocorrida em 2016, a partir da ascensão do governo Temer (PMDB, 2016-2018), congelou por longos 20 anos os investimentos públicos nas várias áreas das políticas sociais, ofertando maior margem de disponibilidade de recursos do Fundo Público ao capital portador de juros (BEHRING, 2021), assim, caracterizando um processo de espoliação, isto é, “[...] a transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe” (HARVEY, 2005, p. 173), conseqüentemente, intensificando o desmonte de políticas sociais deixando a população à mercê da sorte e da desumana competitividade.

Também foi aprovada a contrarreforma trabalhista, que já era uma demanda da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que, em 2012, já havia apresentado um documento denominado “101 Propostas para a Modernização Trabalhista”, encontrou espaço no governo de Michel Temer (PMDB, 2016-2018), quando foi promovida a profunda modificação na regulamentação do trabalho no Brasil, alterando uma centena de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir da aprovação da Lei 13.429, de 31 de março de 2017, que garantiu a terceirização ampla e irrestrita e a aprovação da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, que promove uma série de alterações, com vistas a reduzir direitos e a oferecer maior proteção ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

empregador (LOURENÇO, 2018). A relação se inverte, o trabalho subsumido ao capital fica ainda mais suscetível aos mandos e desmandos das(os) empregadores(as).

Então, sobre o manto do neoliberalismo, a noção do que é público/coletivo se esvai, os direitos sociais são cada vez mais focalizados e a satisfação das necessidades humanas são frustradas: “[...] desencadeiam o processo de retirada da humanidade do outro, que o animaliza, culpabiliza, criminaliza e o violenta, propiciando uma sociedade dividida a partir de espaços físicos baseados em diferenças, isto é, segregação” (SLEMAN, 2021). Solidifica-se, mais ainda, a ideia de culpabilização e desumanização do outro.

Ademais, cabe ressaltar que Hayek (1985) considerado o “pai do neoliberalismo”, assume que, na sociedade, a verdadeira justiça exige que as regras do jogo sejam conhecidas e aplicadas universalmente, mas todo jogo tem vencedores e perdedores e a civilização não pode evoluir sem deixar para trás os efeitos da fraqueza e do fracassado. Logo, essa desumanização perversa, que “deixa para trás os fracassados” resulta no “estabelecimento de diferentes espaços delimitados a segregar grupos marginalizados, dessa forma, gerando a desumanização, na medida em que não são vistos pertencentes ao gênero humano” (SLEMAN, 2021).

Neste contexto, tem sido evidenciada nas estimativas e indicadores sociais o aumento das pessoas em situação de rua:

Os novos integrantes da população em situação de rua agora são também trabalhadores que perderam seus empregos e casas devido à atual conjuntura, pois sem condições de continuar pagando por suas casas, essas pessoas foram para as ruas. Vemos famílias inteiras nas ruas: pais, mães e filhos. O número aumentou significativamente modificando o perfil (GATTO Apud MONTEIRO; CHAGAS, 2021).

Esta problemática de desemprego e de ausência de moradia compõe uma das principais expressões da questão social, que como já advertido por Iamamoto (2015, p. 125), a questão social está para além das situações de extrema pobreza, embora esse componente seja importante nas análises, mas, no tempo presente é preciso considerar que a questão social “[...] condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche” (IAMAMOTO, 2007, p. 125).

Nessa perspectiva, segundo Baumann (1998), o fenômeno de desumanização também gera a culpabilização dessas pessoas por sua vulnerabilidade social, que são estigmatizadas ao nível de causarem medo, repugnância, serem caracterizados como subversivos, marginais e desqualificados. A perspectiva neoliberal expõe que o Estado deve instituir medidas e discursos que corroboram com essa visão pelo fato de que essas pessoas não estão inseridas no mercado



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

formal de trabalho, com remuneração suficiente para lhes assegurar os mínimos existenciais, gerando o seu afastamento social e desumanização em decorrência da sua não inserção na lógica indivíduo-empresa.

Segundo Vânia Rosa, que viveu por quinze anos em situação de rua:

Vivemos em um país onde as políticas sociais estão todas desajustadas e praticamente não existem, em especial para as pessoas em situação de rua, e a saúde mental está sucateada. Todas as dificuldades estão na falta de políticas públicas, na invisibilidade que o poder público impõe soberanamente sobre as pessoas que estão ali. O Estado não abre nenhuma porta para ninguém, não dá essa oportunidade. Não está preocupado com ninguém, sujos, feridos, cansados, drogados, estigmatizados (ROSA apud MONTEIRO; CHAGAS, 2021).

Para Silva (2004, p. 93), “o Estado fomenta esse preconceito e exclusão desse público recorrendo a práticas higienistas direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado destas pessoas em situação de rua”. Entretanto, conforme Sleman (2021, p. 9):

É nesse modo de arranjar a sociedade, por meio de atitudes segregacionistas, que a construção do outro como não-humano pode ser naturalizada no imaginário popular e existindo essa forma de pensar, a falência não é somente da proteção social, da solidariedade e das formas de convivência, mas também da universalidade e do gênero humano. A hierarquia na sociedade contemporânea, entre cidadãos de primeira e segunda classe.

Portanto, a partir dessa análise, considerando os recentes desafios provocados pela COVID-19 e avanço das contrarreformas das políticas sociais e do Estado, discute-se a experiência da extensão universitária realizada pelo GAPAF junto às pessoas em situação de rua, no município de Franca, SP, a partir das metodologias da educação popular e artísticas.

### **GAPAF: Extensão universitária com Pop Rua a partir de Metodologia da Educação Popular e Artísticas**

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, importante filósofo, educador e escritor, reconhecido mundialmente, criou um método inovador de ensino baseado na educação popular, que propôs uma verdadeira inversão no modo de ensino tradicional, pois considera a consciência crítica e política, respeitando os diferentes saberes e vivências das pessoas. A construção do conhecimento ocorre de forma conjunta, a partir do ideal de educação libertária, com vistas à transformação do contexto social vivido. Alia-se à educação popular, as inúmeras possibilidades de trabalho oferecidas a partir das metodologias artísticas, nas suas várias dimensões: música, teatro, poesia, literatura, pintura, entre outras formas de expressão da realidade sensível.

A arte é uma importante dimensão para o desenvolvimento do ser artístico, utilizado,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

historicamente, como meio de lidar com as materialidades da vida, permitindo a expressão de emoções e ideias, enquanto está “[...] presente nos mais diversos espaços, mesmo que de forma branda” (MENDONÇA, 2023). Entretanto, na atualidade, Mendonça (2023) aponta que o capitalismo estrategicamente se apropria dessa ciência ao temer a democratização da cultura livre, que “[...] é vista como algo perigoso e até mesmo um afronte contra quem detém o poder.” Dessa maneira, pode-se observar que a interdisciplinaridade desses fatores, são capazes de oferecer ao usuário diversos benefícios, dos quais o capital não detém forças a fim de impossibilitá-los e perpetuar a violação de direitos pois “[...] não possui qualquer dúvida de que [a arte] é um importante instrumento de intervenção para a emancipação e liberdade”

[...] A arte no serviço social pode ser utilizada em diversos sentidos: proporcionando novas formas de alcançar os sujeitos, de fortalecer espaços de lutas, potencializando, assim, a luta coletiva, através da radicalização do humano e da sua força (MENDONÇA, 2023, p. 21).

O GAPAF, no presente momento, desenvolve três distintos projetos de extensão universitária, todos voltados para o trabalho com as pessoas em situação de rua, tais projetos envolvem: 1) construção e manutenção de uma horta comunitária no Abrigo Provisório, com encontros semanais para a discussão de temas sociais, que envolve além do cultivo e manejo da horta, a alimentação saudável e a segurança alimentar; 2) trabalho sócio educativo a partir das metodologias artísticas, com encontros sistemáticos com as pessoas atendidas (moradoras) do referido Abrigo Provisório; 3) alfabetização de pessoas atendidas pelo Centro de Referência Especializado Para Pessoas em Situação de Rua (CRAS-Pop), com encontros sistemáticos que ocorrem na UNESP-Franca, SP.

Para a finalidade deste texto, foram selecionadas as atividades que tomam como base o uso de metodologias artísticas para o desenvolvimento de oficinas e encontros semanais com as pessoas atendidas pelo Abrigo Provisório, de Franca, SP.

As ações desenvolvidas pelo GAPAF seguem a metodologia e ensinamentos freirianos. Portanto, as atividades seguem o teor humanista, que busca apresentar a crítica aos fundamentos do modelo econômico, mas prioriza que os encontros possam possibilitar um modelo de educação e interação que conduza a humanização, um ensino que constitua um sujeito autônomo, ao qual se pretende superar quaisquer formas de opressão, intolerância ou violência, tendo como objetivo e ideal um ensino amoroso, humilde, crítico, esperançoso, confiante e criador (ANDRADE, 2015).

Tal abordagem é de suma importância com esse público, pois trata-se de pessoas com histórico de vidas marcado pelo rompimento de vínculos familiares, violências e violações de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

direitos, desemprego, muitas vezes, apresentam baixa autoestima. Dessa maneira, tem sido verificada a necessidade de se criar ambientes seguros para as trocas de saberes livres de estigmas e preconceitos, valorizando a diversidade humana e cultural. Acredita-se que a abordagem empática, sensitiva e crítica contribui para o desenvolvimento do trabalho humanizado, horizontal e com a ausência de hierarquias. Segundo Paulo Freire (1996), “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Visto que a afirmação do educador coloca a troca de conhecimentos como algo indispensável no processo de aprendizagem, humanização e formação.

A metodologia de trabalho também aborda diferentes tipos de arte junto às pessoas atendidas pelo Abrigo, tais como: pinturas, desenhos, macramê, colagem, crochê, poesia e o que mais for solicitado pelas pessoas participantes. A construção das atividades a serem desenvolvidas só reforça a horizontalidade presente nas atividades, pois visa a importância da opinião e de seus desejos e expectativas.

Solicitações essas que despertam a curiosidade e a vontade de estar presente na próxima oficina, com a ideia de que o seu pedido foi atendido, criando, ao mesmo tempo, laços e vínculos entre o próprio grupo e com os integrantes do grupo de extensão. Pois, por mais que pareça um ato irrisório, a socialização é de notável importância, já que tratando-se de pessoas em situação de rua, existe uma forte marginalização e segregação.

Para tornar a oficina artística o mais convidativa possível, busca-se sempre formar um ambiente agradável, deixando as pessoas participantes à vontade, com o uso de músicas e de conversas ao fazer as artes, sempre desconstruindo uma intelectualidade, o que quando não filtrado pode causar uma insegurança e desconforto com o(a) usuário(a).

A função da música nas oficinas é fundamental para reflexão, interação e humanização, pois nas letras de rap, principal gênero musical ouvido pelo grupo, são adotadas posturas relacionadas “[...] às inquietações da vida, como pobreza, preconceito, racismo e violência. [...], assim, possibilita algo que deveria ser comum a ela: o espaço para falar e ouvir” (ARRUDA, 2020).

Além disso, um elemento importante para a realização é o espaço, pois o Abrigo, onde são realizadas as oficinas, é um ambiente de pouca interação e com uma arquitetura hostil, onde não há expressões da cultura e identidade dos usuários, assim, sendo um local ao qual a historicidade das pessoas não é considerada. Entretanto, o grupo tende a humanizar esse espaço por meio da arte, expondo obras dos usuários e promovendo discussões de que aquele é um espaço de

pertencimento, logo, que deve ter a interferência deles no ambiente.

A relação entre a arte e as pessoas em situação de rua é complexa, multifacetada e fragmentada, marcada por diversas nuances e encontros, mas, que para ser compreendida de forma vasta, é necessária uma análise de perspectivas variadas.

Para muitas pessoas em situação de rua, a arte se torna uma ferramenta crucial para a expressão emocional, funcionando como um instrumento de empoderamento, no qual possibilita que esse grupo de pessoas possam ressignificar sua própria história, e assim, reconstruí-la. Já que, a arte proporciona um espaço seguro para que as pessoas expressem suas emoções e sentimentos, traumas e experiências, lidando com diversas emoções, que através da pintura, poesia, desenho, artesanato, ou outras formas de expressão artísticas podem dar voz a sentimentos que muitas vezes são silenciados e reprimidos. Podendo ser também a arte um potencial auxiliar no redescobrimto de sua individualidade e da imagem positiva de si mesmo, ao se engajarem nessas atividades.

Tal ferramenta vai muito mais além do que apenas um meio de expressão, a arte de rua pode ser interpretada nesse contexto como uma ferramenta de subsistência, sendo que para determinadas pessoas, a arte se configura como uma forma de gerar renda, através da venda de obras de arte feitas a mão, da realização de performances artísticas, da oferta de ensinamentos ou "mão de obra artística". A presença da arte contribui para a autonomia financeira e a reinserção social, tentando combater inseguranças e vulnerabilidades.

Desse modo, a produção artística agrega também o valor das habilidades e talentos das pessoas em situação de rua, promovendo o reconhecimento de suas capacidades e potencialidades, o que contribui para a construção de uma autoestima positiva, já que se trata de um determinado grupo que tem um histórico de vida marcado pelas inúmeras violações de direito e de agressão à sua autoestima.

Ao tratarmos a arte, na particularidade do trabalho profissional do serviço social com pessoas em situação de rua, pode-se dizer que também é um canal de diálogo e de interação, que quebra com a barreira da marginalização, sendo que a arte potencializa essas pessoas, em geral, estigmatizadas para a sociedade em geral. A apreciação e engajamento com seus trabalhos artísticos, a partir dos quais a sociedade é convidada a observar, absorver, refletir e ter conhecimento da realidade da vida nas ruas, o que pode contribuir para a sensibilização frente a desumanização e dureza da vida das pessoas em situação de rua.

## Considerações finais

Este texto discutiu o avanço do neoliberalismo, como principal ideologia para a retirada de direitos e desregulamentação da economia, do trabalho e meio ambiente, favorecendo a disseminação da visão do empreendedorismo e individualismo. Neste contexto, tem ocorrido o aumento do desemprego e a intensificação do trabalho mediado pelos recursos informacionais e computacionais, que ensejam novas formas de relações contratuais, caracterizadas pela insegurança e ausência dos vínculos formais (SOUZA, 2022).

Acompanha a queda do número de empregos, as maiores exigências para aqueles e aquelas que se mantêm empregados, mas que devem aceitar as exigências de produtividade e a perda dos seus direitos, num mundo em que o trabalho informal, intermitente e precarizado está em ascensão (ANTUNES, 2018).

O neoliberalismo apresentou o Estado como oneroso, atrasado e fator de impedimento para a expansão do capital, que, em decorrência da crise econômica, aproveita para elevar o desemprego estrutural e tecnológico. Portanto, somam-se a este quadro, as contrarreformas, a eliminação dos direitos e, em consequência, o processo de estranhamento e desumanização social.

Assim, o tema da arte comparece no trabalho de extensão universitária desenvolvido pelo GAPAF, como parte do trabalho profissional do Serviço Social, se configurando como uma estratégia importante para o atendimento humanizado, crítico e que considera a realidade social, na qual as pessoas estão inseridas, oferecendo possibilidades de criação de vínculos, fortalecimento da autoestima e compreensão crítica da realidade social.

## Referências

ABEPSS. **Documento Preliminar acerca da Curricularização da Extensão**. Associação Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (ABEPSS). Comissão Temporária de Trabalho (CTT), gestão da ABEPSS 2019-2020 Resistir e Avançar na Ousadia de Lutar (2021). Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608\\_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf). Acesso em: 18, mai., 2024.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 5a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-29.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ANDRADE, Marcelo Silva de. A relação de humanização e desumanização em Paulo Freire: perspectivas para uma proposta de educação. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas, Mossoró, 2023.

ARRUDA, Daniel Pérciles. Cultura Hip-Hop e Serviço Social: a arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica. **Revista Katálysis** [en línea]. 2020, 23(1), 111-121.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não Passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>. Acesso em: 18, ago, 2024.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo Público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **População em Situação de Rua**: Diagnóstico com base nas informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo Federal. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília: DF. Disponível em: Acesso em: 12, jul., 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em: 22, mai. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 18, jul., 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu, 2020.

DEMIER, Felipe. GONÇALVES, Guilherme Leite. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 2350-2376

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2021). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** (Ano 27, abril de 2021). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério do Trabalho. [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10660/1/bmt\\_71\\_desigualdades.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10660/1/bmt_71_desigualdades.pdf). Acesso em: 18, mar., 2022.

GASPAROTTO, G. P., GROSSI, P. K. & VIEIRA, M. S. (2014). O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidssp/article/view/11812> Acesso em: 15, jul. 2024.
- GRANEMANN, S. Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatização e a acumulação capitalista. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 50-71, maio/ago. 2020.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- HARVEY, David. **Crônicas Anticapitalistas**: um guia para a luta de classes no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2024.
- HAYEK, Friedrich A. **Direito, Legislação e Liberdade**: A miragem da justiça social. Volume 2. Tradução de Leonidas Hegenberg. São Paulo: Visão, 1985.
- LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Entrevista - Reforma trabalhista e os seus impactos para a saúde do(a) trabalhador(a), com Edvânia Ângela de Souza Lourenço. **Pegada**. A Revista da Geografia do Trabalho. Presidente Prudente, SP. UNESP, 2018, Vol. 19, N. 1. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5821>. Acesso em: 15, nov., 2018.
- MENDONÇA, Tauane Eduarda Antunes. **Serviço Social e Arte**: Novas perspectivas de intervenção no trabalho do assistente social. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2023.
- MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista. 1977.
- NATALINO, Marco Antonio Carlo. A População em Situação de Rua Nos Números do Cadastro Único. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Texto para Discussão. Ministério do Planejamento e do Orçamento. Brasília: DF. Disponível em: Acesso em: 15, jul. 2024.
- NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **O avesso do trabalho IV**: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho (Orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2017.
- Reis, G., Oliveira, KB, & Pedroso, G. **População em situação de rua da cidade de Franca-SP**: As consequências e os desafios causados pela exclusão, 2018
- MONTEIRO, Danielle; CHAGAS, João Victor. Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua. **Portal Fiocruz**, Rio de Janeiro, 20 jan. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-d-e-rua>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- SOUZA, Edvânia Ângela de. Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos de pandemia da COVID-19. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/jrk/a/mn5npLYkqrnNccbXR3ZyGgk/>. Acesso em: 18, jan. 2024.
- SOUZA, Edvânia Ângela de. A pandemia da COVID-19 e o teletrabalho na Previdência Social. **Caderno CRH**, N. 34. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42160>. Acesso em: 15, dez. 2023.
- SOUZA, E. A. de; CELIS, A.; INÁCIO, J.R. **Vidas ameaçadas**: diálogos a respeito da pandemia de COVID-19, trabalho, serviço social e saúde do trabalhador e da trabalhadora. Campinas: Papel Social, 2021.
- SLEMAN, T. J. O processo de desumanização contemporâneo e sua relação com a hiperindividualização. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, p. e021014, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FOLHA DE S. PAULO. Taxa média anual era de 4,3% no começo da década de 90. **Folha de S. Paulo**, mercado, 20 jan. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2001200026.htm>. Acesso em: 18, ago. 2024.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n. 18, p. 82-95, 1993.